

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DE NOSSAS VIDAS

A CRISE DO CORONAVÍRUS

O ano de 2020 foi marcado por diversos ataques por parte do governo Bolsonaro e muita luta e resistência do povo brasileiro. Em meio a pandemia do novo coronavírus que já ultrapassa a marca de 234 mil mortes no Brasil, temos um governo que implementa uma política genocida, marcada pelo descaso com a população e incapacidade de apresentar medidas para conter o avanço da pandemia no nosso país e salvar vidas.

Hoje, o mundo volta suas atenções à corrida da vacina contra a COVID 19. No Brasil, o instituto Butantã fechou uma parceria com o laboratório chinês Sinovac para a produção da CoronaVac, vacina que, após grande pressão por sua regulamentação, uma vez que o governo Bolsonaro tentou impedir sua utilização a todo custo, começou a ser aplicada em nosso país nos grupos prioritários.

Com um discurso obscurantista que nega ciência e qualquer forma de ação proposta pelas principais instituições de pesquisa do Brasil e do mundo, Bolsonaro coloca as suas questões ideológicas à frente das necessidades do nosso povo. Vale lembrar que, em um rumo oposto a todos os esforços realizados no país, o governo gastou milhões na compra e estoque de hidroxiquina, medicamento sem qualquer eficácia comprovada contra o novo coronavírus e sem qualquer serventia ao povo brasileiro.

Ao manifestar publicamente a sua decisão de não tomar vacina, Bolsonaro acirra uma disputa política em torno da vacinação da população, influenciando muitos brasileiros com este pensamento e mais uma vez indo na contramão do combate à pandemia. Esta postura negligente em nada condiz com a postura de um chefe de estado frente à maior crise sanitária que o país já viveu, colocando em cheque a vida de milhões de brasileiros ao não chamar a responsabilidade e unificar a vacinação em um plano nacional com o auxílio de estados e municípios, e fazendo com que este momento, tão importante para que possamos superar a Covid e retomar ao funcionamento normal do país, seja um verdadeiro caos desordenado.

O auxílio emergencial, política implementada graças à luta travada pelo povo na rua e à oposição ao governo com uma frente ampla no Congresso Nacional, foi fundamental para a

manutenção da economia e, principalmente, para que milhões de famílias brasileiras pudessem se manter. A pandemia não acabou e, por isso, o auxílio precisa continuar sendo garantido pelo governo.

Enquanto o Governo Federal lava as mãos e tenta convencer a população de que a pandemia é um problema individual, o povo se organiza em ações de solidariedade, carreatas, painéis e ações de ruas e redes para mostrar que o único caminho para superarmos essa crise é derrotar Bolsonaro e essa política assassina que vem sendo operada em nosso país, além de garantir a vacinação gratuita para todos através do SUS!

Por isso, reafirmamos nossa posição pelo Impeachment de Bolsonaro. Seu governo tem aprofundado as consequências da crise sanitária, política, econômica e social e, cada vez mais, vem mostrando ser o governo da morte, da anticiência, do obscurantismo e do aumento da pobreza e da desigualdade. Precisamos defender o Brasil e os brasileiros!

A PANDEMIA E AS UNIVERSIDADES

A educação, e isso inclui as universidades, foi um dos principais setores impactados pela pandemia, especialmente pela ausência de coordenação de ações e políticas públicas por parte do governo federal que mitiguem esses impactos. Não bastasse o desafio de buscar soluções para a superação deste período por meio da ciência e da tecnologia, com pesquisas para o desenvolvimento da vacina, produção e doação de equipamentos aos hospitais e até mesmo o atendimento direto à população através dos hospitais universitários, as universidades públicas seguem vítimas dos cortes de verbas implementados pelo governo.

Além de todas as ações voltadas para o combate à pandemia, as atividades de ensino nas instituições públicas de ensino superior também tem funcionado de forma remota desde meados de 2020, período em que a União Nacional dos Estudantes, junto ao conjunto do movimento estudantil, apresentou a necessidade da ampliação das políticas de assistência estudantil voltadas a atender as demandas ocasionadas por este momento atípico. É preciso levar em conta a dificuldade presente na realidade de milhares de estudantes brasileiros de acesso à internet, a aparelhos eletrônicos e a condições mínimas de estudo.

Apesar da necessidade de milhões de estudantes, a falta de aporte financeiro às universidades públicas e o descaso do MEC em buscar unificar as soluções fizeram com que muitas dessas políticas de assistência não pudessem ser implementada de forma plena, escancarando a deficiência das políticas de assistência estudantil voltadas a conter a evasão e possibilitar o pleno desenvolvimento do papel das universidades brasileiras.

Com orçamento reduzido, afetado pelo teto de gastos, e com demandas crescentes, muitas reitorias temem que as universidades não consigam manter seu pleno funcionamento no ano de 2021, fruto do projeto de desmonte da educação e da soberania nacional colocado em curso pelo governo Bolsonaro. É inaceitável que, nesse momento em que as universidades se mostraram imprescindíveis para a comunidade, o Ministério da Educação imponha cortes de 1 bilhão no orçamento das instituições federais de ensino, o que representa 17,5% de suas despesas discricionárias.

Já nas universidades privadas, infelizmente houve imensas dificuldades de diálogo para enfrentamento dos impactos decorrentes da pandemia. Sem ouvir os estudantes as instituições remodelaram suas atividades de ensino para o ambiente remoto, causando muitos problemas para estudantes que tinham dificuldade de acesso, para professores que não estavam preparados para esse tipo de modelo, ou até mesmo insuficiências ligadas às plataformas disponibilizados para realização das aulas.

Nesse cenário cresceu a luta pela redução das mensalidades, pela suspensão das parcelas do FIES, e a necessidade de assistência estudantil também para os estudantes das instituições privadas poderem manter seus estudos. Avançamos na suspensão do FIES, na redução das mensalidades em alguns estados e universidades, mas diante de muita resistência das universidades e mantenedoras, e com pouquíssimo apoio do poder público.

Desde o início da pandemia, alertamos quanto ao risco do crescimento do índice de evasão do ensino superior e de endividamento dos estudantes. Estudos realizados pelo SEMESP, ainda em 2020, apontam como causas do aumento da inadimplência o crescimento do desemprego, a redução da renda de parte dos trabalhadores e as dificuldades de acesso ao crédito estudantil, que também contribuíram para o atraso nas mensalidades. Em 2021, novos estudos apontam que cerca de 4 milhões abandonaram os estudos durante a pandemia entre estudantes do ensino fundamental à pós-graduação no Brasil, sendo deste 16,3% estudantes do ensino superior.

Outro grande problema está relacionado aos impactos da pandemia nas pequenas e médias instituições de ensino, que favorecem a compra de instituições desse tipo por grandes conglomerados mercantilistas da educação. Essa movimentação gera impactos negativos para os estudantes quanto a oferta de disciplinas, fechamento de cursos e demissões em massa de professores. A UNE, desde março de 2020, vem disponibilizando sua assessoria jurídica a estudantes que se sentiram lesados em situações como essa, reunindo estudantes de todo o Brasil de outras instituições que foram compradas por esses conglomerados e passaram por casos assim.

RETORNO ÀS AULAS

Neste ano, principalmente depois do início da vacinação, ganha força a discussão da implementação de um ensino híbrido nas universidades a curto prazo e da possibilidade da volta às aulas presenciais. É imprescindível levar em consideração que ainda estamos em um período crítico da pandemia no nosso país, com média diária de mortes superior a mil e contaminação crescente. Por isso, qualquer iniciativa de retorno às atividades presenciais requer uma ampla discussão com todos os setores das universidades, garantindo a democracia universitária e dando voz a trabalhadores e estudantes, e especialistas da área da saúde, atrelada a uma constante reavaliação do índice de contágio e número de mortes para que não se coloque em risco a vida de professores, trabalhadores e estudantes neste processo. Atualmente não há uma coordenação do Ministério da Educação a partir de ações que contribuam em nível nacional para a retomada do pleno funcionamento das universidades. Além disso, é inegável que há diferentes níveis na situação sanitária nas regiões no Brasil, bem como uma disparidade em condições estruturais dentre as universidades para retomada.

Algumas universidades pelo Brasil vem buscando adotar esta nova modalidade de ensino tendo em vista a demanda de determinadas atividades nas quais é impossibilitado o aprendizado e desenvolvimento quando realizadas de forma não presencial. Como as e os estudantes das ciências médicas e biológicas, por exemplo, que precisam utilizar os laboratórios e espaços da própria universidade para realização de suas aulas práticas. Para atender a essa demanda, é fundamental a implementação de protocolos rígidos de segurança a serem seguidos pelas universidades e a garantia de que os profissionais da educação e a comunidade universitária possam ter acesso à vacina. Isso, porém, só poderá ser concretizado com mais investimentos na universidade e suspensão dos cortes orçamentários já anunciados.

Entendemos que os profissionais da educação devem estar entre as prioridades após os grupos de risco, para que assim, levando em consideração a todo momento também a situação do contágio e do número de internações e mortes, tenhamos melhores condições de uma transição para o retorno presencial, que deve se iniciar de forma híbrida, com todos os cuidados recomendados pelos especialistas em um processo até que haja condições seguras para o retorno completo. O corte de verbas, somado a pandemia, fez com que as universidades enfrentassem também dificuldades no pagamento de serviços de manutenção e limpeza, havendo demissão em larga escala de trabalhadores terceirizados, sendo que estes serão essenciais para o processo gradual de retorno.

Seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde e as medidas adotadas para a retomada das aulas em outros países, são protocolos fundamentais para conter a contaminação no ambiente educacional:

- Prioridade na vacina para profissionais de educação após os profissionais da saúde e grupos de risco;
- Início do retorno das atividades de forma híbrida (presencial e remoto) e/ou alternado se necessário, para reduzir quantidades de alunos por sala;
- Diversificar horário de entrada/saída e o horário de refeição;
- Turmas reduzidas com número limitado por sala, possibilitando o distanciamento mínimo – no máximo 15 estudantes por 50 m².;
- Retorno presencial voluntário;
- Aferição de temperatura com pulseiras eletrônicas ou monitores de temperatura corpórea;
- Tenda de desinfecção na entrada dos edifícios;
- Uso de app público controlado pelas instituições de ensino para monitorar a saúde dos estudantes;
- Distanciamento social de dois metros entre os estudantes em sala de aula;
- Lavagem de mãos uma vez a cada hora;
- Uso de máscaras;
- Álcool em gel nas salas de aula;
- Etiqueta respiratória;
- Disponibilização de antissépticos, desinfetantes, EPIs, sabonete líquido, toalhas de mão nos banheiros e máscaras cirúrgicas;
- Orientação permanente ao cumprimento do distanciamento social em sala de aula e fora dela;

- Plano de testagem qualitativa e contínua de todos os profissionais da educação e estudantes;
- Reforma em salas de aula para possibilitar ventilação natural;
- Desinfecção permanente dos espaços comuns com destaque para os refeitórios;
- Abertura de concurso para novos professores para aumentar a relação aluno/professor e com isso diminuir o tamanho das turmas;
- Proibição de competições esportivas e demais atividades que possam promover aglomeração.

ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Os efeitos da pandemia, somados à agenda política de retirada de direitos de Bolsonaro e Paulo Guedes, têm sido muito graves para o cenário econômico, devido à ausência de planos e iniciativas para auxiliar a população que tem perdido renda, o fim do auxílio emergencial, o aumento do desemprego e da inflação que impacta diretamente na possibilidade de permanência de muitos estudantes de baixa renda que ingressaram no ensino superior.

Vale destacar que o governo Bolsonaro está afundado na lama da corrupção e do mal uso do dinheiro público, enquanto centenas de milhares de brasileiros sofrem nas filas dos hospitais. O grande escândalo da vez foi o uso de R\$ 70,4 milhões para que a FioCruz produzisse mais de 4 milhões de comprimidos de cloroquina, medicamento sem eficácia comprovada no tratamento da Covid-19. Os militares também estão sendo beneficiados com o dinheiro do povo, com a denúncia de 700 mil quilos de picanha e 80 mil cervejas sendo compradas pelo exército brasileiro. Ou seja, para o povo resta o corte do auxílio emergencial e desemprego, enquanto que a coalizão de banqueiros, militares e a família Bolsonaro fazem a festa.

Além disso, a pandemia, o isolamento social e o ensino remoto foram fatores que impactaram no desenvolvimento pedagógico e também no quadro de saúde mental dos estudantes. Por isso, é importante que sejam fortalecidas políticas de acompanhamento e assistência também nesses aspectos.

O governo executa cortes no orçamento das universidades públicas, em especial na assistência estudantil através dos cortes no Plano Nacional de Assistência Estudantil, o que afeta diretamente a possibilidade de permanência de muitos estudantes de baixa renda que

ingressaram no ensino superior, sendo fundamental a luta pela ampliação das verbas do PNAES e contra os cortes na educação apresentados por Bolsonaro!

Nesse sentido defendemos algumas medidas importantes:

- Nenhum corte no orçamento do PNAES, pela ampliação dos recursos para assistência estudantil!
- Criação de programas de atendimento psicológico e de assistência social para lidar com impactos da pandemia na família dos estudantes;
- Criação e fortalecimento de políticas de acompanhamento pedagógico;
- Ampliação da oferta de bolsas e diversificação dos auxílios para contemplar as demandas de permanência que surgiram na pandemia;
- Distribuição de refeições pelos restaurantes universitários, inclusive nas moradias estudantis;
- Retorno imediato do passe livre;
- Fornecimento de equipamentos eletrônicos e redes de conexão para a realização das atividades do ensino híbrido.

É importante ressaltar que, diante da detecção de novas variantes do coronavírus, nossa cautela deve ser redobrada. Em países em que o nível de contaminações caiu ao longo de 2020 e se optou pela retomada de atividades presenciais nas universidades - como França, Itália e Portugal - em pouco tempo foi necessário recuar e suspender o funcionamento presencial das instituições de ensino em razão da crescente no número de contaminações entre os estudantes e profissionais de saúde. Assim, a experiência de outros países nos demonstra que o retorno presencial em meio à pandemia, além de demandar uma completa adequação da estrutura e funcionamento das instituições de ensino, importa riscos para a comunidade acadêmica.

A vacinação se mostra como o meio mais eficaz de mitigar o alastramento da pandemia e salvar vidas. É papel da União Nacional dos Estudantes estar ao lado da população brasileira em sua defesa, que atualmente se encontra sob acirrada disputa política e ideológica, resultando em um número crescente de vítimas e em um cenário de ausência de perspectivas para a superação da crise de sanitária, econômica, social e de saúde que o país enfrenta. Assim como, somar esforços na construção de campanhas e ações em prol da vacinação de toda a população brasileira, indo na contramão de todo o negacionismo científico e lutando em defesa do SUS. Reafirmamos nosso compromisso com a defesa do

investimento em ciência, tecnologia, educação e saúde pública, bandeiras historicamente hasteadas pelos estudantes brasileiros. Seguimos em defesa da vida e do Brasil!

União Nacional do Estudantes

11 de Fevereiro de 2021.